

Entre a senzala e a casa-grande: a (re)produção de uma memória (ou discursos?) híbrida(os)

Between the slave quarters and the big house: the (re) production of a hybrid memory (or discourses?)

Maria Cleci Venturini¹
Marilda Ap. Lachovski²
Maria Lucimar Canalli³

Resumo

Filiadas à perspectiva da Análise de Discurso, questionamos, no presente trabalho, o que é dito/ mostrado e circula como memória em (dis)curso no Museu Visconde de Guarapuava, destacando nele as ruínas da senzala, entendendo ser essa materialidade um lugar de história/memória, que constitui a narrativa museológica na/ da cidade. Agregamos, também, o discurso dos historiadores que, sob nosso ponto de vista, vai na contramão do contexto sócio-histórico da época, escapando/invalidando as evidências pelo trabalho da língua na história. Destacamos as relações de trabalho estruturadas pela dominação e pela exploração, num movimento contraditório: por um lado ressoa a memória da escravidão e por outro se produz seu esquecimento. Saturação e falta são indícios de que, como discursividade, a escravidão em Guarapuava, (re)produz efeitos de sentidos sobre o museu, sobre a cidade e sobre os sujeitos que a constituem, no atravessamento da história, na e pela língua.

Palavras-chave: História. Narrativa Museológica. Discurso. Memória

Abstract

From the perspective of Discourse Analysis, this research article analyses what is said/ shown and circulates as discourse memory at the Visconde de Guarapuava Museum, highlighting its slave quarters ruins. It is understood that this materiality is a place of history / memory, which constitutes the museological narrative in / of the city. The discourse of historians is also considered, as it goes against the socio-historical context of the time, scaping/ invalidating the evidence for the work of language in history. The analysis also highlights the working relationships, which are structured by domination and exploitation, in a contradictory movement. On the one hand, the memory of slavery resonates. On the other hand, it is forgotten. This saturation and lack of memory indicate that, as discursiveness, slavery in Guarapuava, (re) produces effects of meanings upon the museum, the city and its subjects, in the crossing of history, in and by language.

Keywords: History. Museological Narrative. Discours. Memory

Recebido em: 03/08/2020.

Aceito em: 11/11/2020.

¹ Doutora em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFMS). Professora Associada, do Departamento de Letras, da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Docente do Corpo Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Letras da UNICENTRO e da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista Produtividade da Fundação Araucária.

²Doutoranda em Letras, pela UFSM – Universidade Federal de Santa Maria/RS, na linha Língua, Sujeito e História.

³Mestre em Letras, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste- UNICENTRO.

Introdução

*Para que me pôr no tronco
Para que me aleijar
Eu juro a vosmecê
Que nunca vi Sinhá
Por que me faz tão mal
Com olhos tão azuis
Me benzo com o sinal
Da santa cruz...*

*(Composição: Chico Buarque e João
Bosco, Sinhá)*

A epígrafe com que iniciamos o texto se constitui como um gesto interpretativo em torno da escravidão e dos museus e nos conduz a uma indagação necessária, urgente e também incômoda acerca desse domínio discursivo. Isso porque somos sujeitos inscritos numa rede de sentidos e de memórias que nos filiam a uma formação discursiva permeada pela ideologia do colonizador. Como sujeitos inscritos nas condições que nos constituem, entendemos que o gesto interpretativo sobre a cidade de Guarapuava⁴ exige, sobretudo, questionamentos em torno do que é dito/mostrado e circula como memória em (dis)curso no Museu Visconde de Guarapuava, e por esse movimento, demanda reflexões sobre a presença do negro na construção do discurso sobre a cidade, porém, essa presença é negada e precisa ser retomada/ressignificada na atualidade. Nesse sentido, agregamos ao discurso que constitui a narratividade⁵ do museu, também o discurso produzido acerca do museu e da cidade que vai na contramão do contexto socio-histórico da época, escapando/invalidando as evidências, pelo trabalho da língua na história e da ideologia.

A leitura de materialidades que vêm da cidade e do Museu Visconde de Guarapuava mostra a contradição, que permeia e estrutura esse discurso. Os historiadores⁶, não só de Guarapuava, mas também da região, “apagam” as práticas sociais correntes no contexto socio-histórico da época. Decorre disso, a circulação de um discurso que idealiza nomes na/da história da cidade, significando-os a partir do que é válido na atualidade, especialmente, no que tange às relações de trabalho e à fundação do sujeito como ser social. Nessa organização, referimo-nos ao Visconde de Guarapuava quando pensamos no museu que leva seu nome – um sujeito inscrito na classe dominante, dono de escravos – e continua sendo, apesar da morte e do tempo, uma vez que esse espaço, pelas redes de memória, tem relação com o trabalho e com o escravagismo, mesmo sob o efeito de apagamento das relações de dominação.

Diante disso, propomos discutir, neste artigo, as relações de trabalho estruturadas pela dominação e pela exploração - trabalho escravo - que constituem o município de Guarapuava, num movimento contraditório, tendo em vista que por um lado ressoa a memória da escravidão e, por outro, ela é apagada/esquecida, reiterando sua formação e

⁴ O município de Guarapuava está localizado no centro-sul do estado do Paraná, no terceiro planalto, com aproximadamente 172 mil habitantes, tendo a data de sua fundação oficial em 09 de dezembro de 1819, de acordo com as informações dispostas no endereço <https://www.guarapuava.pr.gov.br/>. Acesso em 29 mar. 2020.

⁵ Segundo Venturini (2009, p. 80), a narratividade, nesta perspectiva, é o processo discursivo que se engendra a partir do interdiscurso, na verticalidade dos saberes, dependendo da posição em que o enunciador se coloca", nesse sentido, diferencia-se de narrar, que é significar contar eventos que se inscrevem no que se sabe, como informações, et.

⁶ Referimo-nos aos trabalhos de Abreu e Marcondes (1991) e Marcondes (1998).

atualidade como pertencente aos moldes do colonizador. A escravidão cessou oficialmente com a abolição da escravatura, no entanto, isso não garante que a partir desse acontecimento o trabalho tenha se constituído em uma prática social igualitária. O alargamento dos sentidos do escravagismo, entende que ser escravo não recobre somente a submissão ao trabalho sem salário, mas também, as condições sociais imputadas aos menos favorecidos e, que dá, sob novas formas de “roupagens”, continuidade ao regime escravocrata. Dentre estas práticas, podemos sublinhar a condenação sumária de negros realizada por populares, a falta de condições igualitárias de saúde, de educação e de segurança desses sujeitos, entre outros fatores que reverberam a dominação.

Com isso, vale destacar, que o município referido guarda em sua monumentalidade, como patrimônio histórico, as vozes negadas de sua constituição: a dos indígenas e dos negros e, impõe como uníssono, a do colonizador, sendo dele a voz que aparece na escrita da história, enquanto pertencente à classe dominante. O tronco⁷ ainda se faz presente - por essas mesmas vozes - na cidade urbanizada, dividida e organizada de acordo com os cânones da modernidade, na qual ressoa e faz eco, as práticas sociais do século passado, que “nem o tempo e nem o vento”⁸ dissipam ou apagam, mesmo não sendo ditas nem mostradas. A dominação, mas também a resistência, está latente nos discursos da atualidade e sinaliza para a escravidão como sendo bem mais do que uma questão de legislação.

Num retorno à nossa epígrafe, as juras, assim como o pedido de perdão, são vozes dissonantes que se quebram no desdobramento da memória, do tempo, da língua. Os olhos azuis, quem sabe, ainda são os mesmos que perscrutam os espaços dessas juras, aparentemente vazios pelo efeito de apagamento, mas vivos e observadores. Os olhares azuis são de sujeitos não mais tão sinhás e tão sinhôs, mas ainda assim, dominantes, preocupados com o lucro, com a economia e muito pouco com a saúde pública e com o bem comum. De que vale a vida sem dinheiro? Essa, muito provavelmente, é a questão que move uma parte da população enquanto sujeitos inscritos na formação discursiva⁹ do branco como dominador, e, talvez abarque aqueles que não se inscrevem nela, mas praticam o contraditório¹⁰.

Entre os tantos lugares, observatórios dessas escutas, destacamos um: os refugos da senzala, como ruínas que atravessaram o tempo, e se colocam, sob a égide de uma inscrição museológica, como um possível grito, um pedido. Um lugar de memória. Saturação e falta. No caminho que aqui percorremos, como sujeitos costurados ao político e ao simbólico, buscamos, neste trabalho, refletir sobre o funcionamento do referente senzala. Interessamos os modos de sua repetição e sua (re)inscrição, (re)produzindo sentidos acerca da escravidão e da liberdade, fazendo ressoar um passado de dominação e de exclusão, mas também de resistência, como um discurso velado, negado e esquecido na cidade que é

⁷ Referimo-nos ao significante tronco, como objeto de tortura e correção utilizado no período escravocrata no Brasil, mas que, pelo funcionamento da memória, sinaliza para as condições atuais de produção e reprodução dos modos de dominação e exploração.

⁸ Colocamos entre aspas essa formulação, mas adiantamos que não se trata de uma citação, mas uma referência à obra de Erico Verissimo “O tempo e o vento” que funciona como discurso transversal já que os saberes vêm de diferentes domínios e se atravessam como memória.

⁹ Para sustentar as análises a serem posteriormente realizadas, precisamos destacar, a partir da definição de formação discursiva, que é, segundo Pêcheux (1997, p. 160), o lugar material da ideologia, ou melhor: “Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.”.

¹⁰ Pensamos a contradição a partir de Pêcheux (1997) e a entendemos como o embate entre domínios discursivos distintos, dentro de um mesmo discurso, funcionando também, em discursos que se inscrevem em formações discursivas diferentes.

significada como branca. Assim, conduzimos nossa escrita, tomando como materialidade discursiva a senzala exposta como parte do Museu Visconde de Guarapuava, refletindo sobre os modos de sua inscrição e de seu funcionamento discursivo na construção de uma relação harmoniosa e pacífica entre sujeitos, como é ainda reiterado no espaço do referido museu. Adentramos, mesmo que sucintamente, nas condições de produção de fundação e de preservação do museu, entendendo a história como parte desse processo discursivo, definido por Pêcheux (1997, p. 161), como “o sistema de relações, substituição, paráfrases, sinonímias etc. que funcionam entre elementos linguísticos - significantes - em uma formação discursiva dada”.

Esse posicionamento sinaliza que os sentidos são determinados “pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo socio-histórico, no qual as palavras, expressões, proposições são produzidas, (isto é, reproduzidas)” (PÊCHEUX, 1997, p. 161). Além de explicitar a filiação em formações discursivas e os sentidos decorrentes dessas filiações, nossa inscrição aos aportes teóricos da Análise de Discurso permite-nos transitar pelos entremeios. Desse modo, consideramos a história a partir de suas condições de produção, as quais segundo Orlandi (2002) situam as práticas sociais em condições de produção estritas, vendo, em nossa análise o museu na cidade e o que/como ressoa a partir a escravidão, como uma prática naturalizada no Brasil em dado período. Além de considerar as condições de produção em suas análises, segundo Orlandi (2004, p. 9), o analista de discurso realiza diferentes “gestos de interpretação, uma vez que as diferentes formas de linguagens, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos”.

Acrescentamos ao que diz Orlandi que o gesto de interpretação realiza-se em/por sujeitos, os quais por inscreverem-se em distintas posições-sujeito, significam o mesmo objeto discursivo diferentemente, apesar dos efeitos de neutralidade, próprios da análise discursiva, praticando a contradição e o antagonismo, “na simulação do interdiscurso no intradiscorso, de modo que o interdiscurso aparece como o puro já dito do intradiscorso, no qual ele se articula por co-referência” (PÊCHEUX, 1997, p. 167). Sublinhamos, a partir dessas premissas, nosso gesto interpretativo no presente trabalho, buscando refletir sobre o funcionamento do referente senzala, inscrito na narratividade do museu Visconde de Guarapuava, estabelecendo relações entre o que é mostrado, representado no espaço do mesmo museu e o que essas narrativas significam, no batimento entre passado e presente, entre a memória e a história.

A escravidão negra e a colonização chegaram juntas em Guarapuava

O *discurso sobre*¹¹ a escravidão negra em Guarapuava não tem uma procedência em nenhum sujeito real que se responsabiliza pelo dizer, mas sim, em um sujeito imaginário e idealizado, que de acordo com as palavras de Venturini (2009), sustenta a ideologia vigente por meio de evidências de verdade e de objetividade, que saturam o discurso. Um dos processos constitutivos da saturação é o apagamento de memórias, o silenciamento, o deslizamento, a ruptura e os equívocos. Podemos dizer, considerando o sistema escravocrata em Guarapuava, que o trabalho da língua na história é recorrente no discurso que ressoa no Museu e a partir dele, produzindo um efeito contraditório de pertencimento e de negação dessa memória sobre os sujeitos cidadãos que constituem o seu corpo social.

¹¹ De acordo com Venturini (2009), o discurso *sobre* recobre a atualidade e se constitui a partir de um discurso *de*, enquanto interdiscurso ou discurso fundador.

Os historiadores guarapuavanos sustentam que nos campos gerais, a escravidão foi mais branda e mais humana em comparação com outros lugares do Brasil, ou seja, há na história oficial desse período um movimento que faz parte da memória nacional - o do abrandamento das relações sociais entre brancos e negros. Essa é uma das grandes contradições desse discurso, que não vem da história do município, mas da memória nacional que desvaloriza e apaga a cultura do negro, bem como as suas contribuições para a formação e desenvolvimento das cidades. Segundo Souza (2017, p. 61), “a urbanização representou uma piora na vida dos negros livres e de muitos mestiços pobres das cidades. O nível de vida baixou, a comida ficou pior e a casa também”. É relevante esse parêntese para sublinhar que a escravidão é mais que um regime, ela é e continua sendo uma prática de dominação a qual os menos favorecidos são submetidos.

Há, desde os prenúncios do abolicionismo, um embate entre os abolicionistas e os escravocratas, um jogo de forças que se estabelece nas práticas sociais, sustentada pelo que Souza (2017, p. 140) chama de “esfera pública colonizada”, na qual a classe média trabalha em favor da elite do dinheiro, a quem talvez interesse muito manter informações seletivas, que dão visibilidade ao que agrada à opinião pública, formada por uma classe média heterogênea, que “dificulta enormemente a construção de uma concepção alternativa e crítica de nossa sociedade” (SOUZA, 2017, p. 181). Com isso, apaga-se o que está em jogo na esfera pública e no debate político.

A história possibilita compreender não só a memória coletiva, mas também a pluralidade de memórias, decorrentes, segundo Venturini (2017) da troca de lugares e de argumentos, do que pode resultar da familiaridade da história com a narratividade, a partir do olhar do sujeito desde um horizonte de perspectiva¹². Isso significa compreender e defender que nem todos os sujeitos olham para a história e para o discurso ligado a ela do mesmo lugar e do mesmo modo. Trata-se de práticas sociais, ideológicas e históricas, podendo-se compreender que o sujeito, pela história oficial ocupa um lugar de fala que garante a voz do dominador, em detrimento daquele que não têm lugar - o dominado. Desse modo, a reprodução, devido à eficácia dos modos de dominação, continua em detrimento da transformação.

Por essa entrada faz-se necessário pontuarmos algumas questões, entendendo o escravagismo como muito mais que uma forma de exploração da mão de obra. Ela foi e continua sendo um mecanismo explícito que naturaliza a luta desigual de classes, promovendo a divisão social, política e econômica, como uma prática que Pêcheux (1997) designa de assujeitamento ideológico. O sujeito inscreve-se no simbólico e, de acordo com Magalhães e Mariani (2010, p. 392), essa inscrição “faz com que o sujeito expresse a sua subjetividade na ilusão de autonomia e de ser origem do seu dizer”. Trata-se do que Pêcheux (1997) enfoca a partir dos esquecimentos, que afetam o dizer (a enunciação, esquecimento n.º. 02) e o ideológico (a memória, esquecimento n.º. 01).

Ainda em relação ao assujeitamento ideológico, vale destacar, a partir de Pêcheux (1997, p. 301), que não existe uma identificação plena e um assujeitamento completo, sem falhas. A falta permeia o discurso, e isso ocorre a partir de sujeitos, que se desestruturam e

¹² Em referência aos pressupostos de Koselleck (2006), relacionando o passado como “horizonte de experiências” e o futuro como “horizonte de expectativas”. Neste sentido, para o autor, o “horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado; a possibilidade de se descobrir o futuro, embora os prognósticos sejam possíveis, se depara com um limite absoluto, pois ela não pode ser experimentada” (KOSELLECK, 2006, p.311).

se reestruturam em suas identificações, contraidentificações e desidentificações, produzindo nas últimas, formas de resistência. Na ordem do discurso, aparece a falta e a falha, sinalizando que não há um assujeitamento completo e sem falhas. Segundo Marcondes (1998), o negro ocupou, na história oficial, uma posição dual assim como na ordem jurídica brasileira: de 1530 a 1888. É, em função disso, considerado objeto de direito e após 1888 como sujeito de direito. Como objeto de direito, é parte dos bens móveis do senhor, sendo considerado acessório do bem móvel.

Por esse entendimento, poderia também pertencer a mais de um senhor, na forma de condomínio, ou seja, partilhado com/por terceiros. Assim, com a morte do proprietário, passava a contar no acervo de herança. Como objeto ainda, poderia ter sua alforria de acordo com o desejo do senhor, ou pela compra de sua liberdade sob os prazos e custos postos pelo mesmo, ou na condição de ser batizado e ser declarado livre pelo mesmo senhor, sinalizando para a prevalência da posição de mando. De 1850 até 1888, a definição de *negro* estava para *escravo*, e *branco* para *livre/cidadão*. É a partir de 1889, no advento da República, que o negro passa a compor juridicamente a parcela de sujeito de direito. Isso, entretanto, não significa que foi visto como igual ao branco – era para o direito um caso especial – não para ser protegido, mas para ser ainda mais punido pelos homens livres. O negro é então titular de direitos e deveres. É cidadão. Em outras palavras, é sujeito de direito para sofrer as penalidades impostas pelo Estado. As garantias não lhes são permitidas, sob nenhum aspecto.

Diante de um quadro desfavorável na sociedade, foi imputado ao negro um comportamento que se tornou padrão no Brasil e que o inscreveu em uma formação discursiva que agrega os marginalizados. Raça¹³ e classe, nesse sentido, passam a compor um quadro aparentemente homogêneo, no entanto, se negro atestava para escravo no período escravocrata, hoje sinaliza para vários sentidos outros, apontando a princípio para a população pobre, marginalizada. Souza (2017) compreende a escravidão como um conceito de reprodução dos valores de uma sociedade colonial. Mesmo atravessando as diferentes dimensões temporais e a transformação da sociedade, a função e a inscrição dessa classe pelo funcionamento de pré-construídos, continua a mesma.

Nas ruínas da senzala: dominação ou negação?

As considerações teóricas realizadas a partir do horizonte da Análise de Discurso direcionam a análise a ser empreendida. O discurso dos historiadores sustenta nossa proposta e, a partir dele podemos dizer que circula na cidade um discurso contraditório, no qual ocorre dois movimentos: um em que ressoa a escravidão e outro que apaga essa prática. Podemos dizer, ainda, que o discurso da história (que está legitimada no espaço do museu), inscreve-se na formação discursiva do colonizador. Outro reforço para esta afirmação advém do mapa político de Guarapuava e região, ligados às classes dominantes, àqueles que exercem o poder local, no estado e na federação.

¹³ Ao nos referirmos ao termo “raça” não estamos considerando o presente, já que há em todas as esferas a preocupação com o uso recorrente do mesmo como reprodução das formas de preconceito e divisão social, mas nos amparamos nas leituras de Souza (2017), nas quais o autor aborda como se deu a construção do mito da “democracia racial”, atendendo aos desejos das elites patriarcais. “Raça” naquelas condições de produção era a base para as práticas sociais, amparadas, sobretudo, numa revisão equivocada da teoria evolucionista.

As materialidades de análise são dois textos-imagem¹⁴ que evidenciam registros e rastros do período escravagista na cidade e instauram o discurso da história construída pelo colonizador, como está no museu, construindo, ao mesmo tempo, as evidências desse abrandamento. Se, por um lado, no imaginário dos sujeitos-cidadãos funciona uma representação de que os maus tratos e a exploração dos sujeitos não ocorreram; por outro lado, segundo Marcondes (1998, p. 59), a escravidão como modo de exploração servil, em Guarapuava, “não foi diferente, porque os costumes das sociedades escravocratas foram os mesmos em toda parte”. É por esse movimento que as memórias desse passado ressoam no presente, denunciando os apagamentos dessas memórias, ou a negação delas como parte do processo de constituição histórica da cidade. De acordo com Marcondes (1998):

Até 1835, de acordo com a Lista de Habitantes, Guarapuava possuía apenas 76 escravos. O maior número alcançado foi 849 durante o Tropeirismo Sulino, somados com os do seu distrito de Palmas. Desempenharam serviços de campeiro, roceiro, doméstico, tropeiro, guasqueiro ou lombilheiro (que lidava com couro); trabalhavam como escravos de ganho e de aluguel (MARCONDES, 1998, p. 57).

A citação dá visibilidade ao sujeito escravizado como aquele que deveria realizar todos os trabalhos dentro do que era determinado pelo patrão ou dono. É importante pensar na expressão “ou trabalho de aluguel”, sinalizando que era permitido que o escravo trabalhasse também para outros senhores. Isso significa que além de todo o trabalho, ainda poderiam gerar lucro, a mais valia. Abreu e Marcondes (1991) destacam, ainda, que um dos maiores “senhores” da cidade foi o fazendeiro Pedro Siqueira Cortes que chegou a possuir 36 escravos distribuídos nas sete fazendas na região dos Campos de Guarapuava. Os mesmos autores sublinham que o escravo era considerado objeto de transação e de negócio, como compra e venda, aluguel, empréstimo, troca, pagamento de dívida, entre outras práticas. Seus donos tinham total direito de fazer com eles o que quisessem, já que eram sua propriedade.

O escravo negro foi quem mais prestou serviços, segundo Marcondes (1998), auxiliando em todos os tipos de trabalho, especialmente, nos mais difíceis. O escravo negro deixou seu legado na construção dos casarões dos senhores tanto nas fazendas quanto no espaço urbano de Guarapuava. Em sua urbanidade, Guarapuava possui edificações que representam o passado e, por meio desse passado, ressoam “não ditos” que sinalizam para memórias subterrâneas, apagadas na atualidade ou naturalizadas pelas evidências de um discurso que vem da classe dominante. Esses são espaços que “guardam” memórias da cidade e se constituem em (dis)curso na contemporaneidade, significando o espaço urbano, e por esse gesto, produzem sentidos sobre a escravidão como parte da cidade, dos sujeitos, do passado e do presente.

Os rastros da escravidão se fazem presentes em diferentes lugares de Guarapuava, e mais especificamente, no Museu Visconde de Guarapuava, alocado na região central da cidade, no qual ressoam memórias constituidoras de visibilidades e de apagamentos dessa presença, especialmente, pelo/no acervo arquivado naquele espaço/lugar. O próprio casarão é fruto da mão de obra escrava. Seu proprietário Antônio de Sá Camargo, o Visconde de Guarapuava, possuía escravos negros em sua propriedade e as ruínas da senzala, onde seus escravos viveram, ainda se encontram nos fundos da sede do museu,

¹⁴ Conforme Venturini (2009, p.130), um texto-imagem é um todo indivisível, mas se estrutura por enunciados-imagens, que a partir de redes parafrásticas ressoam pela memória “[...] repetem o mesmo, mas rompem com a linearidade do discurso, promovendo a ruptura e o estranhamento”.

preservada e apresentada aos visitantes, e apesar da passagem do tempo, são mostradas ao visitante, como propriedade do Visconde, ressoando sua presença na construção física e simbólica que lhe pertenceu.

Pela arquitetura colonial do casarão construído no século XIX e o solar ressoam memórias e discursos da colonização, do progresso, da civilização e da construção da identidade da cidade de Guarapuava. O que é designado como preservação da memória do município tem, igualmente, um funcionamento contraditório, pois sinaliza para a organização das memórias, mostrando que muitos dos registros do passado escravocrata foram transformados, buscando construir evidências de que não houve a prática escravagista no município e, se houve, foi bem mais amena ou harmoniosa.

De acordo com Venturini (2017, p. 198), é “pela memória patrimonial, inscrita na ordem do fazer crer/no museu e a ordem do presente vivido dos sujeitos que preenchem como partes desse mesmo espaço”, que esse fazer crer instaura efeitos de verdade, ou melhor, de *uma verdade*. Ao produzir esse jogo de espelhamento entre passado e presente, entendemos que pela memória o objeto-histórico pode ser lido/interpretado/compreendido diferentemente, pois as memórias retornam a partir dos sujeitos e de suas filiações, assim, não tratamos de um passado, mas de um lapso dele, nas falhas, nas faltas, nos equívocos, nos deslocamentos e deslizamentos. Os textos-imagens, que constituem o gesto interpretativo empreendido neste artigo, permitem que se diga a partir de Venturini (2009, p. 221), que “os procedimentos de ‘fazer-crer’ funcionam como forma de tornar visíveis objetos e eventos no espaço da cidade e são produtivos na construção de evidências, pois simulam transparências de sentidos”. Diante do exposto, trazemos na sequência o texto-imagem do Museu Visconde de Guarapuava - Antiga residência do Visconde de Guarapuava.



Foto: CANALLI, 27 de julho de 2019 (Arquivo particular).

É importante destacarmos que as ruínas da senzala que estão no fundo do terreno do casarão, propriedade de Antonio de Sá Camargo - Visconde de Guarapuava, representam mais que a organização espacial na/da história de Guarapuava. Elas produzem, pela historicidade que instauram, a formação de uma rede de sentidos acerca da escravidão na cidade, funcionando como marca constitutiva da fundação desse espaço urbano. As ruínas, de acordo com essas redes, inscrevem as memórias em duas ordens distintas, quais sejam: a ordem dos textos escritos e a das imagens, como representação imaginária, lembrando que nenhuma delas é a casa do Visconde e nem os restos são a senzala, mas o que ficou desses dois espaços. Quando referimos a “o que ficou desse

espaço”, estamos nos referindo ao gerenciamento da memória a partir das instituições, às quais interessa apagar determinados acontecimentos e dar visibilidade a outros. Por essa entrada, sublinhamos a relação passado e presente que se estabelece na disposição dos edifícios que sinalizam para a evolução, para o desenvolvimento dos modos de habitação, mas produzem a partir dessa organização, um choque, uma ruptura com o passado. Para tanto, destacamos a materialidade, que remonta às ruínas da senzala localizada nos fundos do Museu Visconde de Guarapuava.



Foto: CANALLI, 27 de julho de 2019 (Arquivo particular).

Nosso gesto interpretativo e o nosso lugar de analistas nos permite dizer que a voz que fala desse lugar não é a negra, mas a voz do homem branco em sua condição de mando, de dominação. Esse sujeito ocupa um lugar de fala que lhe permite produzir o discurso sobre a escravidão em Guarapuava: ressoa a posição do “homem bom”. Suas posses não têm voz, mas estão presentes num silêncio que se estabelece nos vãos, nos furos, nos lapsos do passado que não pode e os sujeitos não querem esquecer. O passado se corporifica na senzala, como lugar de moradia, mas também de prisão, é um passado que se faz presente em sua negação. Esse movimento entre passado-presente e um possível devir, sinaliza para um apagamento compartilhado, uma espécie de contrato de silêncio rompido quando o visitante adentra as paredes da velha senzala.

Essas visibilidades e as presenças/ausências de discursos que “dizem” da senzala, mostram que o Museu Visconde de Guarapuava tem um duplo papel: arquivar os vestígios culturais do passado e preservar a história/memória dos sujeitos que constituem e são constituídos por ele. Nesse sentido, para Venturini (2009, p. 187) “o museu é o lugar de acontecimentos discursivos”, significando como lugar de memória, pois funciona:

[...] pela inscrição do lugar na ordem do simbólico e faz retornar enunciados já-ditos, significados, mas esquecidos. Não fosse assim, os lugares seriam apenas lugares de história, de acordo com Nora (1993), e funcionariam como arquivo, que guarda documentos, pois é conhecido que a memória, quando arquivada, deixa de ser, na verdadeira acepção, uma recordação, logo, algo que mantém um elo vivo de continuidade e de pertença de um sujeito (VENTURINI, 2009, p. 60).

Essa evidência se mostra não só pelo referido museu, mas também pelos casarões antigos em Guarapuava, construídos pelos escravos, geralmente situados no centro da cidade e que representam o poder e a dominação. O poder econômico fica visível pelos

objetos dispostos dentro dele e nos arredores, os quais são simbólicos por sinalizarem para um passado que escapa por entre as cortinas, as lentes, as versões da narrativa e se constitui em (dis)curso. Nesse funcionamento, evidenciamos que as memórias historiográficas da colonização, da escravidão e da cidade em Guarapuava são preservadas, mas se submetem à ideologia do colonizador, do branco, do forasteiro. Com isso, apagam a participação do negro, nesse processo de construção da cidade, tanto física quanto simbolicamente.

Ao nos referirmos ao passado que escapa por entre as frestas e pequenos espaços, sublinhamos as visibilidades e apagamentos presentes nos fios que tecem esse discurso e no discurso dos historiadores, uma história. Nas análises discursivas, a história não é totalidade, vemos juntamente com Kosik (1976, p. 145) “como um processo em que o humano, o universal e o absoluto se apresentam seja sob o aspecto de um pressuposto geral, seja também sob o de um resultado histórico particular”. Entendemos que a história está em constante movimento. Para Kosik (1976, p. 145):

[...] a história é história apenas enquanto abrange juntamente com a historização segundo seu condicionante, também a historicidade do real: porque ela abrange tanto a historicidade condicionada que passa, cai no passado e não retorna quanto a historicidade funcionante daquilo que não passa, daquilo que se cria e se produz. Sem por isso deixar de ser uma existência histórica e sem abandonar a esfera da história.

É essa história que é mobilizada em nossas análises, e ela se conjuga com o que diz Henry (1997, p. 40), considerando a história no campo das ciências humanas. Retomando Marx, Henry (1997) afirma: “não são os homens que fazem a história, mas as ‘massas’ que fazem”, e se para Marx a história é a história da luta de classes, ele introduz a noção teórica, não-subjetiva da história, de acordo com Henry (1997). Para Venturini (2009), a memória tem ligação com o sujeito e não é, segundo Kosik (1976, p. 149-150) mais do que a capacidade de tornar presente o passado, constituindo-se como uma capacidade histórica. Não diz respeito somente ao conteúdo do conhecimento que se modifica, “mas também na faculdade racional-sensível no homem que se desenvolve historicamente”. Por essa memória retorna o passado, como já-dito, pelo funcionamento de pré-construídos, segundo Pêcheux (1997) como o que ressoa no discurso, significando e sendo presença.

O analista de discurso não olha para uma senzala e não crê a partir desse olhar, que não houve escravidão naquele espaço. Ele também não acredita em registros que relatam que os escravocratas de Guarapuava não maltratavam aos seus escravos. O analista alarga e polemiza, inclusive, os sentidos do que seja maus tratos e do que seja escravidão. Ele coloca em suspenso o discurso, a memória, a história. Disso, destacamos, como analistas, que a história está abrumada a muitos não-ditos ou busca de um apagamento, de um fenômeno ocorrido no Brasil e, que é impossível cair no esquecimento, pois há muitos traços físicos e simbólicos e representativos que fazem parte do cotidiano contemporâneo.

A partir de Pêcheux (2002, p. 54-55), sublinhamos a importância da descrição, considerando que:

[...] toda a descrição abre sobre a interpretação e isso não significa vaguidão, mas o entendimento de que a descrição de um enunciado ou de uma sequência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado [...] o discurso-outro como espaço virtual de leitura do enunciado ou dessa sequência.

De acordo com o mesmo autor, esse discurso-outro é uma presença virtual no que é descrito enquanto acontecimento e marca a presença do outro no espaço social e da memória histórica, “logo como princípio do real socio-histórico” (PÊCHEUX, 2002, p. 55). Com isso, pensamos nos espaços transferenciais da identificação e na pluralidade “contraditória de filiações históricas (através das palavras, das narrativas, dos discursos, dos textos, etc...)” (Idem, p. 55) e essas são as coisas a saber e não produtos de aprendizagens.

Essas considerações sinalizam para a necessidade de saber o que fazer com o acontecimento discursivo, ou seja, ver o que o acontecimento causou e suas implicações, especialmente, no que tange aos apagamentos e a negação da escravidão em Guarapuava. O museu é o material de análise e, de um lado dá visibilidade à escravidão e, em outros, apaga essa prática. Para referir ao museu como discurso, trazemos Orlandi (2003, p. 62), quando afirma que “todo o discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para o outro”. É assim que o discurso sobre o escravagismo a partir do discurso dos historiadores, do museu e das materialidades, significa, que representa a senzala e a casa do Visconde de Guarapuava.

Como discurso anterior, o que irrompe na historicidade é a Abolição, porém, a data de 13 de maio de 1888 foi apenas um evento que entrou para a história do Brasil. Os escravos negros fizeram festa para comemorar a assinatura da Lei Áurea e no dia seguinte voltaram a trabalhar para seus senhores, ou foram embora sem direito algum. No entanto, o que mudou foi apenas a nomenclatura de escravo para homem livre. Livre! Do quê? De quem? Esses trabalhadores continuam escravizados pela miséria e pela mesma sociedade que escravizava antes da Abolição. Sem escolaridade, sem dinheiro e sem profissão, a única coisa que sabiam fazer era o trabalho braçal e obedecer aos maus tratos dos senhores.

Sujeitos que constituem a sociedade brasileira contemporânea e veem na instância do imaginário como cidadãos livres são, contraditoriamente, obrigados a cumprir todas as leis do país, embora estas não venham beneficiá-los, não são questionadas, apenas cumpridas. O negro, de acordo com a história oficial e pelas evidências decorrentes dela, de modo geral habitam nas margens da sociedade, sob todos os aspectos - são alijados nos seus direitos civis, jurídicos, políticos. Não só como negro, mas como sujeitos vulneráveis pelo embate entre o político e o cultural. De acordo com Ferreira (2019, p. 20), destituídos do efeito de pertencimento que os afasta dos sujeitos-outros e do discurso que dá visibilidade a uma cultura que constrói uma narratividade urbana “discordante das percepções individuais” (FERREIRA, 2019, p. 23), compondo uma parcela muito específica da sociedade, engrossando a fileira dos “despossuídos”, de todos os direitos que pela ordem democrática deveria beneficiá-los.

Logo, ser pobre e negro é, por esse viés, ter um lugar pré-construído e delimitado, numa espécie de controle e de dominação que impossibilita a “partilha do sensível” (RANCIÈRE, 2005, p. 16) e aprofunda as diferenças, fazendo ver que uma parcela dos sujeitos “não pode tomar parte do comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço que essa atividade exerce”. Essa prática é sutil e faz com que escravidão/servidão se organizem e funcionem juntas, legitimando esses sujeitos como marginais ou marginalizados. Souza (2017) compreende, nesse sentido, a escravidão como um conceito de reprodução dos valores de uma sociedade colonial como seu berço, mesmo atravessando as diferentes dimensões temporais, a função dessa classe condenada, continua a mesma.

Pela ordem da história, a evidência do ser “livre” torna natural a percepção incutida

e repetida de que é ele, o pobre, e suas tentativas de superação dessa desigualdade que constitui o grande desafio na atual organização social brasileira. Pode-se tomar como aprendizado que o efetivamente aprendido é de origem interna, e não apenas uma cópia de modelos europeus. Isso justifica, segundo Souza (2017, p. 71), a construção da identidade de grupos e classes sociais, não só separando-as, mas também, estabelecendo os ditames do processo de “estigmatização dos grupos percebidos como não participantes dessa herança”, em nome de uma “ânsia de modernização”. São essas as bases para aquilo que o autor chama de “nova hierarquia social”, ou seja, a construção de um código social que, por um lado estipula e legitima os então “superiores e dignos de privilégios”, ao mesmo tempo, o faz também legitimando os “inferiores e merecedores de sua posição social marginal e humilhante” (SOUZA, 2017, p. 78).

É por essa entrada que, segundo o autor, no Brasil não se consegue “separar”, de fato, o que seria o “preconceito de classe” e o “preconceito de raça”, uma vez que essa classe é tornada historicamente fragilizada, indefesa e superexplorada. É também por essa divisão que as classes média e alta, segundo Souza (2017, p. 83), apoiam uma forma de política pública que tem como função higienizar as cidades, “e calar o medo do oprimido e do excluído que construiu com as próprias mãos”. Mas não só, pois é também, “essa continuação da escravidão com outros meios se utilizou e se utiliza da mesma perseguição e da mesma opressão cotidiana e selvagem para quebrar a resistência e a dignidade dos excluídos”. Logo, para o autor, o Brasil tem uma relação muito particular com a escravidão, não deixando de ser um país escravocrata como nos é ensinado, mas apenas passando por um momento de transição no qual a mesma ainda é praticada, e por esse entendimento:

[...] como a escravidão exige tortura física e psíquica cotidiana como único meio de dobrar a resistência do escravo a abdicar de sua própria vontade, as elites que comandaram esse processo foram as mesmas que abandonaram os seres humilhados e sem autoestima e autoconfiança e os deixaram à própria sorte (SOUZA, 2017, p. 83).

Nessas condições, retornamos à cidade de Guarapuava, lançando a questão: quais dispositivos permitiram e sustentam ainda a ideia de uma escravidão “suave” em sua organização como cidade branca? Para nós, funciona nesse processo de branqueamento, não só as condições de produção do período escravocrata, como passado pronto e acabado, mas o presente como modo de reivindicação, de retorno necessário, buscando o que não foi dito, ou foi dito de outra forma. Logo, podemos dizer que há, no embate entre passado e presente, entre a senzala e a casa-grande, a (re)produção da violência simbólica, numa tentativa de homogeneização de classes, de direitos. Além de uma a “mera coação física”, a dominação torna-se mais ampla e complexa, afetando além dos direitos civis, (principalmente o ir e vir), mas também os direitos sociais e políticos, juntos. Nesse modo de generalização de negação e interdição dos direitos, a exclusão torna-se um pressuposto, e para nós, é um processo que se reproduz na história e na língua.

Nesse jogo, entre língua e história, como prática social, como historicidade, produz-se uma simulação constitutiva de sentidos e de sujeitos e que põe em seu funcionamento um efeito de transparência, de completude, atestando para a existência de um sujeito ideal, “mestre de suas palavras”, como afirma Haroche (1992), e para uma língua ideal, que tudo compreende, que tudo estabiliza; e que por isso é materializada em discurso como completo e transparente, se assim o fosse, apagando as diferenças, a falha e a falta. Por esse gesto, o espaço do museu guarda a memória do Visconde como “homem bom”, mas, pela existência dos vestígios dados como próprios da escravidão, nas ruínas da senzala, o passado retorna, se presentifica e se desdobra em seu retorno.

Os sentidos produzidos sobre o Visconde se desdobram, mas também trazem, em seu bojo, as questões inerentes aos maus tratos, à condição de exploração e dominação do negro, aos modos de organização e manutenção de um ideário de cidade que teve desde sua fundação, a mão e a presença negra como constitutiva. Também como lugar de divisão, a cidade se modifica em sua constituição, na transposição passado/presente: nela se mesclam ordem e desordem, assim como transgressões e normalizações. Como espaço plural, as suas marcas são visíveis nas ruas como lugares de encontro e de conflito entre várias formas de ser, estar e ocupar a cidade, nos edifícios antigos e mantidos como uma herança gloriosa do passado escravocrata, nas praças, e nos museus, como lugares de guarda dessas memórias - lugares de inscrição de um passado que deve ser preservado e compartilhado - revivificado.

Por esse entendimento, podemos dizer que a cidade é constituída e construída por oposições e não por regularidades. Se o sujeito e os sentidos são sempre evidentes, a cidade como construção é também um efeito, não sendo mais a realidade física de sua organização e funcionamento.

Efeitos de conclusão

Num efeito de fechamento, bordeamos por agora, os limites do presente trabalho, tendo em vista que os componentes da história apresentados em nossa introdução e os historiadores citados não corporificam a pretensão de abarcar efeitos de verdade ou de saturação. Isso porque a Análise de Discurso, disciplina que ilumina nossa análise, se constitui nos entremeios e trabalha com vistas ao preenchimento dos furos deixados no fio do discurso, se faz como interpretação, como gesto. Apesar das tentativas, os furos permanecem, pois o sujeito não se constitui pela intencionalidade e do discurso, mas resulta de processos, do trabalho da língua na história.

Importa destacar ainda que o percurso metodológico e as noções que construíram os dispositivos analíticos com vistas a analisar os deslizamentos inerentes ao discurso *sobre* a escravidão negra em Guarapuava é a discursivização do seu apagamento na e pela história. O recorte incidiu *sobre* o discurso do Museu Visconde de Guarapuava, buscando os vestígios da escravidão que fazem do museu um espaço/lugar de história/memória. A narratividade instaura no discurso a concretude e a naturalidade do discurso que se inscreve na história, tendo em vista que o museu funciona na antiga residência do Antonio de Sá Camargo, o Visconde de Guarapuava, um dos nomes mais representativos dos sujeitos colonizadores. Assim, ele não é parte da história, ele entra na ordem do discurso como história.

Outro discurso que ressoa e se sustenta como corpo-documento são as ruínas da senzala que há nos fundos do solar. Esse espaço constitui efeitos de sentido por meio das condições de produção e pela menção à passagem do tempo. Segundo Venturini (2017, p. 60), “o corpo-memória e o corpo-documento, fazem com que o espaço signifique e faça parte de um imaginário urbano”, essa memória instaura equívocos, principalmente, em relação às ruínas da senzala, pois estas ficaram sempre ao lado de fora do solar, da mesma forma que a participação do escravo negro na história de Guarapuava, ficou sempre fora das atividades consideradas importantes para a sociedade.

Concordamos com Robin, ao afirmar que “não há memória justa, com

reconciliação total com o passado” (ROBIN, 2016, p. 37), logo, há por esse entendimento, uma ruptura com o presente, irrompendo nele um passado, posto pelas questões que este tempo provoca nas condições materiais não só do historiador ou do analista, mas também de seus objetos, de suas fontes. Portanto, é na emergência do presente que o passado se esfacela, sendo que pelos “devotos do imediato” – promove-se uma ruptura entre passado e presente – um diferente funcionamento do tempo. Assim, o evento, como efeito de completude, é antes de tudo, “[...] no infinito da duração, um ponto minúsculo e que foge incessantemente; um instante que mal nasce morre. “Mal falei, mal agi e minhas palavras e meus atos naufragam no reino de memória [...]” (BLOCH, 2002, p. 60).

A memória, na perspectiva histórica, está, neste sentido, presa aos traços que a história deixa, e preenche-a aos poucos. Memória e história podem ser consideradas ambas sob este aspecto, lacunares. Lacunas, por esse entendimento, deixadas pelos traços e rastros no e do tempo, como *continuum* da história. Mas o passado, como constitutivo do processo, não se descola, (des)organizando o presente, como aponta Bloch: “É que os exploradores do passado não são homens completamente livres. O passado é seu tirano. Proíbe-lhes conhecer de si qualquer coisa a não ser o que ele mesmo lhes fornece” (Idem, p. 75).

Se, de acordo com Robin (2016): “O passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental com o presente [...]” (ROBIN, 2016, p. 31), é, pois, a permanência de um passado esquecido (ou assim desejado), numa tentativa de recalque por parte do dominante, que produz outros efeitos de sentidos acerca não só da escravidão em Guarapuava, mas também *sobre* o sujeito Visconde de Guarapuava, *sobre* a senzala mesmo em ruínas ainda instalada em sua propriedade - agora museu, patrimônio histórico da cidade.

A partir dessas proposições, deixamos em aberto uma questão, que por certo nos servirá como continuidade talvez em outros tempos, sob outras condições de produção, outro presente, mas ainda assim, não tão distantes deste, pois, “[...] o homem conta histórias como protesto contra a sua finitude. [...] Se ele soubesse sempre – como o sabe a deusa grega da memória – o que foi, o que é e o que será, não haveria nem recordação, nem atitudes de espera, nem necessidade de se deixar marcas que as solicitassem”. (CATROGA, 2009, p. 07). Por esse gesto, esperamos...

Referências:

ABREU, A. T. G.; MARCONDES, G. G.. **Escravidão e Trabalho** – Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. Guarapuava Paraná, 1991.

BLOCH, M. **Apologia da História ou ofício do historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar. 2002.

CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do Tempo. Memória e fim do fim da História**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

FERREIRA, M.C.L. O mal-estar do sujeito contemporâneo: político, cultura e arte. In. GRIGOLETTO, E., DE NARDI, F. S., SOBRINHO, H. F.. **Sujeito, sentido,**

resistência: entre a arte e o digital. Campinas/SP: Pontes, 2019.

HAROCHE, C. **Fazer Dizer, Querer Dizer.** Tradução de Eni P. Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992.

HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, E., et all. **Gestos de leitura:** da história no discurso. 2. ed. Campinas/SP: 1997, p. 29-51.

KOSELLECK, R.. Modernidade. In: KOSELLECK, R.. **Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p.267-303.

KOSIK, K.. **A dialética do concreto.** Tradução Célia Neves e Alderico Toribio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MAGALHÃES, B. Materialismo histórico-dialético e práticas discursivas. In. FILHO, F. R. B. e BALDINI, L. J. S.. **Análise de Discurso e materialismo:** Prática Política e Materialidades. Campinas/SP: Pontes Editores, 2018, vol. II, p. 37-58.

MAGALHÃES, B.; MARIANI, B.. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. **Revista Linguagem em (Dis)curso,** Palhoça, SC, v. 10, n. 2, p. 391-408, maio/ago. 2010, p. 391-408.

MARCONDES, G. G. **1924 – Guarapuava:** História de luta e trabalho; textos históricos. Guarapuava: Editora da UNICENTRO, 1998.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Orlandi (et all). Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Orlandi. 3. ed. Campinas/SP: Pontes editores, 2002.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível:** estética e política. Tradução Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental organização, Editora 34 Ltda, 2005.

ROBIN, R. **A memória saturada.** Tradução de Cristiane Dias e Greciely Costa. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2016.

SIVERIS, D. Subjetivação e contradição na/pela língua. **Revista Conexão Letras.** Porto Alegre: Editora da UFRGS. v. 7, no. 8, 2012.

SOUZA, J. **A elite do atraso:** Da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VENTURINI, M. C. **Imaginário urbano:** espaço de rememoração/comemoração. Passo Fundo: Editora da UPF, 2009.

VENTURINI, M. C. Museus e espaços no encontro/desencontro da memória histórica e do corpo-memória/corpo-documento. **Museus, Arquivos e Produção do Conhecimento em (Dis)curso.** Campinas/SP: Pontes Editores, 2017, p. 51-76.